

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.220  
- PR (2019/0042770-1)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**REQUERENTE : INEIAS DE SIQUEIRA**  
**ADVOGADO : BRUNO PEREIRA DOS SANTOS - PR063485**  
**REQUERIDO : ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORE : CRISTINA LEITAO TEIXEIRA DE FREITAS - PR021970**  
**S**

AUDREY SILVA KYT - PR044763

**DECISÃO**

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal interposto com fundamento no art. 18, § 3º, da Lei 12.153/2009, contra acórdão da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Paraná

O Estado do Paraná assevera que o acórdão acima transcrito diverge do proferido pela 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Rio Grande do Sul (Recurso Inominado 71007796519 - Conselho Nacional de Justiça 0037890-50.2018.8.21.9000) no tocante à interpretação do art. 17 da Lei 8.177/1991. Sustenta que, em caso de nulidade de contratação temporária, o pagamento do FGTS deve ser corrigido pela TR, conforme decidido no aresto paradigma e como estabelecido no julgamento do REsp 1.614.874/SC, sob o rito dos repetitivos, (Tema 731/STJ).

**É o relatório.**

**Decido.**

O artigo 18 da Lei 12.153/2009 dispõe:

Art. 18. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material. (grifei).

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas do mesmo Estado será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça.

§ 2º No caso do § 1º, a reunião de juízes domiciliados em cidades diversas poderá ser feita por meio eletrônico.

§ 3º Quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça, o pedido será por este julgado.

No caso dos autos, a matéria suscitada como divergente é a aplicação da TR como índice de correção do FGTS.

A Corte Especial do STJ quando do julgamento dos EREsp 1.207.197/RS, relator Ministro Castro Meira, publicados no DJE de 2/8/2011 firmou a compreensão de que as regras relativas à correção monetária e aos juros de mora em condenações impostas à Fazenda Pública têm caráter processual.

Logo, se as normas regulamentadoras sobre juros possuem natureza eminentemente processual, não há possibilidade de conhecimento do presente incidente de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, que exige debate apenas de direito material.

Portanto, verifica-se ser incabível o Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal na presente hipótese.

No mesmo sentido: PUIL 1189/PR, Ministro Benedito Gonçalves, DJe 26/2/2019; PUIL/PR 1196, Ministro Sérgio Kukina, DJe 22/2/2019; PUIL/PR 1156, Ministra, Regina Helena Costa, DJe 19/2/2019.

Diante do exposto, **rejeita-se liminarmente o pedido**, com base no artigo 34, inciso XVIII, do RISTJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de maio de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator